

**KASATO MARU (1908):
UMA ABORDAGEM CONTEXTUALIZADORA,
ATENDENDO AO PRIMEIRO PRINCÍPIO
DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA**

Hiroco Luiza Fujii Iwassa (UEMS)
luizaiwassa@hotmail.com

Miguel Eugenio Almeida (UEMS)
mealmeida_99@yahoo.com.br

1. Considerações iniciais

Antes de mencionar sobre a historiografia linguística, é preciso nesta introdução, discorrer sobre os laços históricos entre o Brasil e o Japão. Neste sentido, vale ressaltar que a motivação da imigração japonesa aponta fatores de ordem internacional, incluindo vários outros agentes participantes na história da imigração no Brasil.

Conforme Leão Neto (1989), a imigração japonesa para o Brasil, deve ser considerada a partir do âmbito mundial e nacional, visto que as migrações internacionais somente ganharam força no início do século XX, sendo o Brasil um dos destinos a serem alcançados.

De acordo com Sakurai (2009), a relação entre o Brasil e o Japão teve início em 1895, com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, no entanto, a questão imigratória ainda não estava em discussão. Ao propor uma abordagem contextualizadora neste trabalho, torna-se necessário resgatar os fatos históricos que contribuíram para que as relações diplomáticas entre o Brasil o Japão se consolidassem.

O primeiro contexto histórico a ser analisado, parte do período República Velha ou Primeira República, (1889-1930). Considerado uma fase de mudanças no cenário político brasileiro; a abolição da escravidão em 1889 e a escassa mão-de-obra no Brasil, seguem como um dos fatores que contribuíram para a chegada dos nipônicos ao Brasil.

A República Velha foi o período em que o país assistiu a chegada de imigrantes asiáticos e europeus. Os europeus iniciaram suas chegadas em massa em fins do século XVIII e os japoneses, oficialmente, em 18 de junho de 1908 com a chegada do navio *Kasato Maru*, ainda em processo de sondagem em relação às terras brasileiras.

Devido à urgente necessidade de mão de obra para as fazendas de café no Brasil, o governo brasileiro considerou os asiáticos como uma alternativa de braços para a lavoura cafeeira. Com o intuito de atender à demanda internacional, os fazendeiros viram nos estrangeiros, uma opção de prestação de serviços a baixo custo.

Este trabalho ganha relevância seguindo o primeiro princípio da Historiografia Linguística: a Contextualização. Esta abordagem visa à busca de fatos históricos que envolveram o momento de produção de documentos escritos que fizeram parte da história da imigração japonesa no Brasil. Tais documentos, serão analisados em outro momento da pesquisa, pois o foco inicial deste trabalho consiste na contextualização histórica do processo migratório para o Brasil, com o intuito de compreender as motivações, as dificuldades e o clima de opinião da época em relação à imigração japonesa.

Por consequência de crises em vários países; por ordens distintas; a imigração tornou-se uma alternativa para muitos países e a intensa entrada e saída de estrangeiros começou a ser sistematizada e oficialmente colocada em prática no Brasil.

2. A imigração japonesa para o Brasil

Prosseguindo com a discussão histórica, vale ressaltar que o Japão demorou a se abrir para o mercado internacional devido aos resquícios do regime militar denominado Xogunato Tokugawa, período anterior à Era Meiji (1868-1912).

Conforme Resende (1991), a Reforma Meiji surge com o intuito de derrubar a divisão de classes constituída e tem seu poderio econômico seriamente ameaçado.

(...) a Reforma Meiji derrubou o feudalismo mas não conseguiu chegar ao capitalismo liberal nem realizou uma reforma agrária, capaz de impedir que japoneses continuassem a viver em condições semifeudais ou que fossem buscar novas oportunidades de trabalho ou mesmo de sobrevivência em outros países, notadamente o Brasil, a partir de 1908. (RESENDE, 1991, p. 30)

Considerando o processo de emigração japonesa, “os primeiros fluxos significativos da emigração japonesa para o Brasil iniciaram-se no final do século XIX.” (LEÃO NETO, 1989, p. 08). O governo japonês exercia um controle sob a saída da população para o exterior, no entanto, a situação econômica do país, principalmente, no campo, não deixou dú-

vidas de que a emigração seria uma alternativa para fornecer trabalho para a população que estava vivendo à margem da miséria.

Visto as considerações acima, durante a Era Meiji, o Japão passava por mudanças econômicas que acabaram por influenciar nas questões sociais e históricas do país. O Japão estava deixando o modo de vida feudal para o capitalista e, tão logo, a modernização chegou até às cidades. “(...) essa modernização se realizou graças à pesada nova tributação lançada sobre a terra [...]. Desde então acentua-se a profunda diferença entre as populações camponesas pobres e mais atrasadas e o mundo urbano.” (VIEIRA, 1973, p. 28 *apud* INAGAKI, 2008, p. 18)

Tais mudanças acarretaram problemas imediatos, pois a população rural não estava preparada para acompanhar o processo acelerado em que o país se encontrava e a emigração tornou-se uma alternativa.

De acordo com Vieira (1973), o que intensificou a tensão entre os camponeses e o governo japonês foram as altas taxas sobre as terras, privilegiando a área urbana, a favor da modernização do país, resultando na revolta dos camponeses. A política não era para todos, muitos camponeses perderam suas terras devido a cobrança de altos impostos.

Dessa forma, para o governo japonês, a saída destes camponeses diminuiria a tensão que estava instalada no país e proporcionaria condições econômicas para que tais emigrantes pudessem recomeçar suas vidas em outras terras. Neste sentido, “(...) a emigração apresentou-se como política de Estado, normatizadas por uma legislação especial e amparadas por um corpo de instituições.” (SAKURAI, 2002, p. 12).

Outro fator que motivou a saída dos nipônicos para terras estrangeiras, foi o aumento da taxa de natalidade. “Durante a restauração Meiji, as práticas, como o controle da natalidade, foram condenadas, por isso a população aumentou drasticamente.” (INAGAKI, 2008, p. 14)

Os japoneses emigraram para vários países como Estados Unidos, Canadá, México e Peru, no entanto, as restrições começaram a se impor por parte destes países em relação aos imigrantes japoneses, “fatores de natureza racial, cultural, econômica e política, acabaram por gerar hostilidade ou desconfiança.” (LEÃO NETO, 1989, p. 09). Apesar dos obstáculos em relação à saída dos japoneses para outros países, o governo japonês insistiu na abertura de correntes migratórias para o Brasil.

Visto a necessidade de mão-de-obra para as fazendas de café, o

governo brasileiro reconheceu a vinda destes imigrantes como uma alternativa para suprir a necessidade dos cafeicultores.

“Em 1896, a Câmara dos Deputados do Japão aprova a Lei de Proteção aos Emigrantes” (SAKURAI, 2002, p. 12). Esta aprovação incentivou e assegurou a saída de emigrantes japoneses amparados legalmente por ambos os governos.

Conforme Resende (1991), Ryu Mizuno, presidente da Companhia de Emigração Imperial no Japão, assina em 18 de outubro de 1907 no Brasil, o contrato com autoridades brasileiras abrindo caminhos para a imigração japonesa juntamente com o Secretário de Agricultura, na época, Dr. Carlos José Botelho.

O documento estabelecia o seguinte: permissão para entrada no país, durante três anos, na proporção de 1.000 imigrantes a cada ano. As famílias deveriam ter, necessariamente, de 3 a 10 trabalhadores, com idades variando entre 12 e 45 anos, independente de sexo, para trabalhar nas lavouras de café. (RESENDE, 1991, p. 51)

A partir das breves apresentações da imigração japonesa para o Brasil, observa-se que este processo surgiu de motivações, principalmente, econômicas e políticas ocorridas durante a Era Meiji e, consolidada posteriormente com a Reforma Meiji.

Este período exigiu do governo japonês uma postura mais liberal, visto que a política interna do país não estava mais suprindo as necessidades da população, em especial, dos camponeses. Para tanto, as relações internacionais começaram a fazer parte da política japonesa.

3. Políticas de imigração brasileira: contexto histórico

De acordo com Bianco (1982), as primeiras evidências que normatizam a política de imigração, surgiram a partir da Sociedade Promotora de Imigração (1886-1895), período de transição, Brasil Império para o Brasil República.

Formada pela elite produtora de café, posteriormente, apoiado pelo governo do Estado de São Paulo, tal sociedade visava a substituição urgente de mão de obra por estrangeiros, promovendo a entrada de imigrantes no país.

Neste período, o poder político estava voltado para a agricultura, em especial, os cafeicultores, ou seja, a política que se instalava no mo-

mento era voltada para os produtores de café, deixando à margem aqueles que não faziam parte da elite cafeeira.

Conforme Santos (2007) a formação da Sociedade Promotora de Imigração foi o marco inicial para a entrada numerosa de imigrantes no Brasil; considerado um órgão estatal que administrava os processos de organização, promoção e contratação de imigrantes.

Com o advento da República em 1889, o processo imigratório recebe o apoio político e a Secretaria de Agricultura; Comércio e Obras Públicas passa a dar continuidade ao trabalho da Sociedade Promotora de Imigração, reforçando e sistematizando todo o processo de entrada e permanência destes estrangeiros no Brasil.

Outras medidas viriam a complementar a política de imigração brasileira, “vale destacar a construção de uma hospedaria para imigrantes, a propaganda no exterior por meio de agentes contratados para tal fim e mesmo inspetores de imigração nos portos de embarque.” (LEÃO NETO, 1989, p. 14)

O governo paulista contribuiu para a entrada de estrangeiros com o intuito de substituir a mão de obra, de forma substitutiva e não mais complementar, absorvendo todo o trabalho que o processo imigratório proporcionou, com vista a atender às demandas do comércio de café e consequentemente, trazendo o progresso para o estado de São Paulo e região.

Com a intensa entrada de estrangeiros no Brasil vindos para suprir o trabalho escravo, “a constituição de 1891 concedeu autonomia aos estados da União em relação às questões imigratórias.” (LEÃO NETO, 1989, p. 14)

No artigo 65, inciso 2º, possibilitava aos estados “em geral, todo e qualquer poder ou direito, que lhes não for negado por cláusula expressa ou implicitamente contida nas cláusulas expressas da constituição.” Ou seja, os estados adquiriram autonomia para gerir suas políticas sem a direta intervenção da União.

E no artigo 35, inciso 2º, fica claro e registrado o incentivo à imigração no Brasil, “animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais”.

Analisando os fatores que contribuíram para o processo imigrató-

rio no Brasil, observa-se que a imigração japonesa tornou-se uma das escolhas do governo brasileiro como forma de suprir a mão-de-obra que no momento era urgente devido à produção cafeeira em alta no mercado internacional.

Dessa forma, as políticas de imigração foram sendo adaptadas projetando uma imagem positiva das condições de trabalho no Brasil, criando fatores de estímulo, como a criação da hospedaria dos imigrantes (1886-1888) e a autonomia dos estados da União, facilitando a entrada desses estrangeiros para o Brasil.

Nota-se que as políticas de imigração foram evoluindo conforme a necessidade econômica e política do país. A crise econômica no Japão e a escassa mão-de-obra no Brasil contribuíram para que os dois países aliassem suas necessidades e trouxessem oportunidades de preencher as lacunas em ambos os países.

4. *Kasato Maru: documentos em evidência*

Conforme Sakurai (2009), a vinda do navio *Kasato Maru* marca oficialmente o início do ciclo da imigração japonesa para o Brasil, estendendo-se até o final da década de 1970.

O navio partiu do porto de Kobe no dia 28 de abril, passando pela costa da China e se dirigindo para o sul, entrando no Oceano Índico, acompanhando a costa leste africana até chegar ao Cabo da Boa Esperança, foi inesquecível. A partir daí, começavam a navegar pelo Oceano Atlântico, já na última etapa da viagem. (SAKURAI, 2009, p. 16)

O navio chegou em terras brasileiras no dia 18 de junho de 1908, depois de 51 dias em alto mar, trazendo 781 imigrantes japoneses em instalações precárias de terceira classe.

Capturado pelos japoneses durante a guerra contra a Rússia em 1905, o *Kasato Maru* não era projetado para transportar passageiros; era um navio de carga, “(...) chamado *Kaiserin*, de bandeira russa (...)”. (SAKURAI, 2009, p. 15). Fora um navio-hospital que foi adaptado para trazer a primeira leva de imigrantes japoneses ao Brasil.

Esta não foi a primeira leva de imigrantes japoneses trazidas pelo *Kasato Maru*. Este navio marcou a história da imigração japonesa prossequindo com as viagens em anos subsequentes e com melhorias nas instalações.

A rotina dos passageiros durante os 51 dias a bordo “(...) era quebrada com aulas de português, exercícios físicos, brincadeiras entre as crianças, teatro, música (...)” (SAKURAI, 2009, p. 15) e a alimentação era tipicamente japonesa com horários determinados.

Em casos de doenças contagiosas, havia poucos profissionais da saúde e poucos quartos de isolamento, diante desta situação, as doenças se espalhavam com rapidez e aqueles que faleciam “(...) eram jogados ao mar após uma rápida cerimônia religiosa (...)” (SAKURAI, 2009, p. 15).

O *Kasato Maru* partiu do Japão com esperanças a bordo. Estas esperanças buscavam por trabalho digno, condições de sobrevivência e o sonho do retorno ao país do sol nascente. O alcance às terras brasileiras era provisório. O objetivo era conseguir condições financeiras para o retorno, no entanto, a volta dos japoneses à sua terra natal foi adiada e consequentemente cancelada por muitos, visto que os salários prometidos pelos fazendeiros não mais alimentavam os sonhos dos nipônicos.

Nessa perspectiva, verifica-se que o *Kasato Maru* na sua conjuntura histórica, abrange documentos escritos que também fizeram parte de sua viagem, em especial, a primeira, no ano de 1908. O governo brasileiro estava inseguro em relação à entrada dos imigrantes asiáticos no Brasil. Esta insegurança partia de vários fatores descritos na carta pelo cônsul brasileiro Alcino Santos Silva no Japão.

Esta carta, escrita às vésperas da viagem, “(...) sugere que o julgamento da eficiência do trabalhador japonês só poderia ser feito depois de uma ou duas colheitas, partindo ainda do pressuposto de que os japoneses renderiam apenas 2/3 dos outros imigrantes.” (SAKURAI, 2009, p. 14). Ou seja, por questões culturais, físicas e de adaptação, o governo brasileiro estava receoso em relação à eficiência da mão de obra asiática.

Outro documento que acompanhou a carta do cônsul brasileiro, foi a lista de bordo dos passageiros, obedecendo às seguintes classificações: nome; sexo; idade; profissão; chefe de família; última residência; permanência na última residência e número de bagagens.

Ambos os documentos pertencem ao Arquivo Público do Estado de São Paulo que, posteriormente, foram publicados na obra *Kasato Maru – Uma Viagem pela História da Imigração Japonesa* (2009); com o intuito de mostrar a importância desses documentos escritos no processo de imigração japonesa para o Brasil.

Conforme Motoyama (2011), o objetivo da obra, não é somente registrar tais documentos, mas reavivar na memória, fatos que possam contribuir para a compreensão do nosso presente e, posteriormente, do nosso futuro.

Analisando os vieses que abrangem este estudo, o *Kasato Maru* em sua primeira viagem ao Brasil, abarcou estudos que ultrapassam a história da imigração japonesa. Para tanto, a Historiografia Linguística segue neste trabalho, com o intuito de anexar e posteriormente analisar tais documentos escritos em sua extensão linguística.

5. *Considerações finais*

Neste primeiro momento da pesquisa, este trabalho, seguiu o primeiro princípio metodológico de Konrad Koerner (1996); a contextualização. Neste sentido, buscaram-se elementos externos que contribuíram no processo de imigração japonesa para o Brasil, na tentativa de representar o percurso e as motivações deste quadro histórico.

A abordagem contextualizadora possibilita a abertura de um leque em várias outras áreas do saber, propondo uma dinâmica que ultrapassa os fatos históricos, para tanto, buscou-se aporte teórico, também em história do Brasil; ciências sociais e antropologia, os quais foram relevantes para complementar este recorte.

Vale destacar, os documentos escritos que fizeram parte do percurso do *Kasato Maru* e do processo migratório para o Brasil, permitindo não somente registrar tais documentos, mas também visualizar o contexto de produção, conferindo outros olhares a partir de diferentes áreas do saber sobre o mesmo processo. Trata-se de documentos oficiais, em especial, os de registro e informativo, carregando extenso valor histórico e linguístico.

A historiografia linguística confere um olhar mais amplo para estes documentos, buscando a proporção histórica em que estão inseridos. Conforme Nascimento (2005), os elementos externos à língua abrangem mudanças linguísticas, produzidas em esferas sociais e culturais de uma determinada época.

Neste sentido, o contexto histórico levantado neste trabalho, é de suma importância, visto que, os documentos referentes ao *Kasato Maru* não podem ser analisados de forma isolada, pois fazem parte de um seg-

mento da história. A partir desta conjuntura, verifica-se que a lista de bordo e a carta do cônsul brasileiro Alcino Santos Silva ganham sentido e significado nesta conjuntura histórica.

Visto as considerações acerca do processo de imigração, é relevante mencionar que, ainda que tardio, as relações entre o Brasil e o Japão, concretizaram-se por meios diplomáticos, trazendo enfim, ainda que receosos, os braços que substituiriam a mão-de-obra escrava.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCO, Maria Eliana Basile. *A Sociedade Promotora de Imigração (1886-1895)*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, 1982, mimeo.

FAUSTO, Boris. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Instituto de estudos Sociais, econômicos e Políticos, 1991.

INAGAKI, Edna Mitsui. *Imigração japonesa para o Brasil: Os japoneses em Dourados (século XIX e XX)*. Dourados: UEMS, 2008.

KASATO Maru: uma viagem pela história da imigração japonesa. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

KOERNER, Konrad. Questões que persistem em historiografia linguística. *Revista da ANPOLL*, n. 2, p. 45, 1996.

LEÃO, Valdemar Carneiro. *A crise da imigração japonesa no Brasil. (1930-1934)*. Contornos diplomáticos. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1989.

MOTOYAMA, Shozo. *Kasato Maru. Estudos avançados*, vol. 25, n. 72, São Paulo, 2011.

NASCIMENTO, J. V. Fundamentos teórico-metodológicos da historiografia linguística. In: _____. (Org.). *A historiografia linguística: rumos possíveis*. São Paulo: Pulsar/Terras do Sonhar, 2005.

ORTIZ, Renato. *O próximo e o distante: Japão e modernidade – Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

REZENDE, Tereza Hatue de. *Ryu Mizuno. Saga japonesa em terras bra-*

sileiras. Curitiba: SEEC; Brasília: INL, 1991.

SANTOS, Ivison Poletto dos. *A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração (1886-1895)*, 2007. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, FFLCH/USP, São Paulo, 2007.

VIEIRA, Francisca Isabel Schuring. *O japonês na frente de expansão paulista*. São Paulo: Pioneira, 1973.

Anexos

Carta do cônsul brasileiro no Japão

Nº 999

Prot. n. 011.1 fls. 75

Secretaria da Agricultura

Directoria de Terras, Colonização e Imigração

Anno: 1908

Data 30-Abril-1908.

Interessado Consulado dos E. U. do Brasil em YOKOHAMA.

Assumpto Remetendo a lista dos primeiros imigrantes japonezes
destinados a este Estado.



Luiz Vazquez -muruense-

Secção
N.

Consulado dos E. U. do Brazil

Yokohama, 30 de Abril de 1908

A DIRECTORIA DE TERRAS,
COLONISAÇÃO E IMMIGRAÇÃO

JUN 9 1908

Senhor Secretario, Auxiliar de Gabinete,

Tenho a honra de remetter á V.S. a inclusa lista dos primeiros emigrantes japonezes, que no dia 28 do corrente partiram para Santos pelo "Kasato-maru".

Segundo declarou-me o Presidente da Companhia de Emigração, é em cumprimento de um accordo concluido entre o Governo de V.S. e á sua Companhia, que essés emigrantes foram expedidos para o Estado de S. Paulo. Apesar de nenhuma comunicação ter recebido a respeito deste contracto, acreditei no que me disse o dito Presidente e dei instruções ao Vice-Consul em Kobe, para proceder como se os emigrantes fossem introduzidos por conta do Governo de V.S. Eu mesmo compareci ao embarque, procurando facilitar e satisfazer todas as formalidades, que poderiam escapar ao nosso Vice-Consul, que é estrangeiro e tem muitas occupaões como chefe da sua casa commercial.

Ilm^o Sr. Secretario da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de S. Paulo.

Lista de bordo do Kasato-Maru (primeira página)

KOKOKU SHOKUMIN KAISHA,
(THE EMPIRE COLONIZATION COMPANY)
No. 1, Ichome, Yoyesucho, Kojimachi-ku, TOKYO, JAPAN.

Original
12 via.

LIST OF JAPANESE IMMIGRANTS SENT BY THE JAPANESE STEAMSHIP "KASATO-MARU," CAPTAIN
A. G. STEVENS, SAILING FROM KOBE, ON THE 13th APRIL, 1908, TO THE PORT OF SANTOS, BRAZIL

No.	NAME.	Sex.	Age.	Profession.	Chief of Family.	Last Residence	Time in Lab. (Years)	Quantity	BAGGAGES. Number.	Remarks.
1	Yasuda Shizpei	male	26	Farmer	Yasuda Shizpei	Fukushima	20	1	10	married
2	Kono Kozo	female	16	"	"	"	16	1	"	"
3	Matsuyama Masachika	male	28	"	Matsuyama Masachika	"	21	1	"	"
4	Taketai Makochi	"	22	"	Taketai Morojiri	"	22	1	"	"
5	Taketai Sabu	female	20	"	"	"	20	1	"	"
6	Ito Moriyamaw	male	25	"	Ito Yasunow	"	25	1	"	"
7	Kouchi Toraji	"	19	"	Kouchi Kameonaka	"	19	1	"	"
8	Kondo Kenjiro	"	30	"	Kondo Kenjiro	"	30	1	"	"
9	Aozai Tetsuo	male	19	"	Aozai Tetsuo	"	19	1	"	"
10	Aozai Tetsuo	female	19	"	"	"	19	1	"	"
11	Aozai Tetsuo	male	22	"	Aozai Tetsuo	"	22	1	"	"
12	Hanai Kurotschi	"	21	"	Hanai Tetsuo	"	21	1	"	"
13	Sano Sano	female	20	"	"	"	20	1	"	"
14	Koshino Koshiro	male	17	"	"	"	17	1	"	"
15	Kusunoki Takemon	"	25	"	Kusunoki Takemon	"	25	1	"	"
16	Watanabe Kameyasaka	"	26	"	Watanabe Kenjiro	"	26	1	"	"
17	Tori Tori	female	24	"	"	"	24	1	"	"
18	Kono Kenjiro	male	23	"	Kono Kenjiro	"	23	1	"	"
19	Sato Shinsiro	"	20	"	Sato Shinsiro	"	20	1	"	"
20	Sato Kenjiro	female	18	"	"	"	18	1	"	"
21	Saito Shinsiro	male	20	"	Saito Shinsiro	"	20	1	"	"
22	Yasuda Makochi	"	26	"	Yasuda Makochi	"	26	1	"	"
23	Yasuda Makochi	female	24	"	"	"	24	1	"	"
24	Yasuda Makochi	male	24	"	"	"	24	1	"	"
25	Toma pro	"	22	"	"	"	22	1	"	"
26	Kaneko Tamezo	"	29	"	Kaneko Tamezo	"	29	1	"	"
27	Toma pro	female	22	"	"	"	22	1	"	"
28	Tanaka Kenjiro	male	18	"	"	"	18	1	"	"
29	Nabeya Kenjiro	"	27	"	Nabeya Kenjiro	"	27	1	"	"
30	Nabeya Kenjiro	female	25	"	"	"	25	1	"	"
31	Nabeya Kenjiro	male	26	"	"	"	26	1	"	"
32	Nabeya Kenjiro	"	20	"	Nabeya Kenjiro	"	20	1	"	"
33	Itaia Kenjiro	female	19	"	"	"	19	1	"	"
34	Masano Kenjiro	male	19	"	"	"	19	1	"	"
35	Kobayashi Saechi	"	28	"	Kobayashi Saechi	"	28	1	"	"
36	Nabeya Kenjiro	"	21	"	Nabeya Kenjiro	"	21	1	"	"
37	Nabeya Kenjiro	"	20	"	Nabeya Kenjiro	"	20	1	"	"
38	Kaneko Kenjiro	"	24	"	Kaneko Kenjiro	"	24	1	"	"
39	Kaneko Kenjiro	female	22	"	"	"	22	1	"	"
40	Kaneko Kenjiro	male	21	"	Kaneko Kenjiro	"	21	1	"	"

Fonte: KASATO MARU: uma viagem pela história da imigração japonesa. Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 41, 43, 44, 45, 46, 50.